**RESOLUÇÃO Nº 08/2019 - CMDCA**

**ESTABELECE PRAZO E PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, QUE TENHAM COMO OBJETIVO AÇÕES VOLTADAS À POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.432, de 24 de maio de 1993, e com base no seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 212/1998.

**CONSIDERANDO** a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 194, de 10 de julho de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que inclui o § 2°, do artigo 16, da Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010;

**CONSIDERANDO** a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 020, de 31 de outubro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e alterações que dispõe, entre outros aspectos, sobre registro de entidades e serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise de entidades governamentais e não-governamentais;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 021, de 7 de novembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que determina as diretrizes do processo de apresentação de propostas de projetos, termos e critérios de análise e dá outras providencias;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 007, de 17 de junho de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que exclui o inciso V, do § 1º, do artigo 3º, da Resolução nº 021, de 7 de novembro de 2017, do CMDCA;

**CONSIDERANDO** a disponibilidade financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

**CONSIDERANDO** a necessidade de impulsionar projetos voltados à política da criança e do adolescente a serem executados por organizações governamentais abrangendo suas respectivas áreas de atuação;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer o período de 15 de julho de 2019 à 29 de novembro de 2019, para protocolar os projetos de Organizações Governamentais, de agora em diante denominada Proponente, para financiamento com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e que tenham como objetivo ações voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, com prazo máximo de execução de até 3 (três) anos.

**Art. 2°** Os projetos apresentados deverão atender crianças e/ou adolescentes do Município de Gaspar, estar em conformidade com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e com a Resolução nº 007, de 7 de novembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e prever aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA em projetos de programas e serviços complementares ou inovadores, especialmente dentro dos seguintes eixos:

I - prevenção da violência e exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes;

II - ações de prevenção, proteção e atenção às crianças e adolescentes que façam uso de substâncias psicoativas;

III - educação sexual e prevenção de gravidez e Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST’s na adolescência;

IV - prevenção a saúde e higiene;

V - convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

VI - educação ambiental, sustentabilidade e prevenção educativa aos desastres naturais;

VII - inclusão social para crianças e adolescentes com deficiências;

VIII - formação e qualificação de profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos;

IX - qualificação profissional e mundo do trabalho (Lei da aprendizagem nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000);

X - estímulo à alimentação saudável e consciente;

XI - estímulo à realização de atividades científicas e tecnológicas inovadoras de interesse dos direitos da criança e do adolescente;

XII - estímulo às atividades artísticas, esportivas, culturais e de lazer que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes;

XIII - publicidade e divulgação dos direitos da criança e do adolescente;

XIV - ações socioeducativas voltadas à criança e adolescente realizadas em áreas de maior vulnerabilidade, prioritariamente, nos residenciais Minha Casa Minha Vida - MCMV – Faixa I e áreas ZEIS;

XV - estímulo ao protagonismo infanto juvenil, com ênfase em crianças e adolescentes com deficiência física e/ou intelectual;

XVI - ações de orientação e apoio à adoção e pós-adoção;

XVII - estímulo à realização de ações sociocognitivas para crianças e adolescentes em situação especial (por exemplo, em ambiente hospitalar e/ou em acolhimento) com dificuldades de mobilidade e convívio familiar e comunitário;

XVIII - ações e atividades voltadas para crianças e adolescentes em acolhimento institucional e família acolhedora;

XIX - desenvolvimento de programas e serviços complementares e/ou inovadores.

**Art. 3°** O valor disponível para o financiamento dos projetos é de R$ 2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais), oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RUBRICA: 3.3.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS DE CUSTEIO

RUBRICA: 4.4.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS DE INVESTIMENTO

**Art. 4°** O projeto, conforme modelo do Anexo I e documentos constantes no Anexo II, deverão ser entregues em envelopes lacrados, dentro dos padrões estabelecidos nesta Resolução, conforme prazo abaixo:

Período: de 15/07/2019 à 29/11/2019

Horário: das 09h às 11h e das 13h às 16h

Local: Sala de Assessoria dos Conselhos

Endereço: Avenida das Comunidades, nº133, Centro, Gaspar

§1° Os projetos deverão ser encaminhados também para o endereço eletrônico: <assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br>, em formato PDF.

**Art. 5°** A Comissão Especial de Seleção dos projetos será indicada pelo Poder Executivo e nomeada por Decreto, sendo composta por 5 (cinco) representantes com pelo menos um efetivo:

I - 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sendo um membro governamental e um não-governamental;

II - 1 (um) membro com experiência jurídica;

III - 1 (um) membro com experiência contábil;

IV - 1 (um) membro técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§1° A Comissão Especial de Seleção terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do protocolo dos projetos apresentados, para análise.

§2° Observada à necessidade de ajustes e esclarecimentos referentes aos projetos, a Comissão Especial de Seleção se reserva o direito de abrir o prazo de 10 (dez) dias úteis para Proponente apresentar as adequações necessárias, sob pena de indeferimento do projeto.

§3° A Comissão Especial de Seleção oficiará a Proponente sobre os pontos a serem ajustados.

§4° Os projetos selecionados pela Comissão Especial de Seleção serão submetidos à aprovação final do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sendo o resultado divulgado através de Resolução no sítio eletrônico e no Diário Oficial.

**Art. 6°** A Comissão Especial de Seleção analisará os projetos apresentados pelos Proponentes, e levará em conta prioritariamente:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Critérios de julgamento** | **Metodologia de pontuação** | **Pontuação máxima por item** |
| (A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas. | - Grau pleno de atendimento (0,7 pontos);  - Grau satisfatório de atendimento (0,3 pontos);  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos).  Observação: a atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta. | 1,0 |
| (B) Adequação da proposta aos objetivos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente. | - Grau pleno de adequação (1,75 pontos);  - Grau satisfatório de adequação (1,25 pontos);  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0 pontos).  Observação: a atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta. | 3,0 |
| (C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto | - Grau pleno da descrição (0,8 pontos);  - Grau satisfatório da descrição (0,2 pontos);  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos).  Observação: a atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta. | 1,0 |
| (D) Qualidade do projeto quanto ao seu caráter inovador, humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos da criança e do adolescente do Município de Gaspar. | - Grau pleno da descrição (3,5 pontos);  - Grau satisfatório da descrição (0,5 pontos);  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). | 4,0 |
| (E) Capacidade técnico-operacional da Proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante. | - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (0,8 pontos);  - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (0,2 pontos);  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0 pontos).  Observação: a atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta. | 1,0 |
| **Pontuação Máxima Global** | | **10,0** |

§1º Em caso dos valores dos projetos aprovados ultrapassarem o limite total estipulado nesta Resolução, serão desclassificados os projetos de menor pontuação.

§2º Não serão aprovados projetos que não atendam às prerrogativas inerentes a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, à Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e que:

I - estejam com valor incompatível com o objeto da parceria, e ou esgotados os recursos previstos nessa Resolução;

II - não apresentem a documentação prevista no Anexo II – Habilitação;

III - forem entregues fora do prazo estabelecido.

§3º Para aprovação do projeto proposto a pontuação deve ser igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

§4º Caso a nota seja inferior a 6,0 (seis vírgula zero), poderá o projeto ser readequado no prazo de 10 (dez) dias e apresentado novamente para nova análise.

**Art. 7º** Poderão ser realizadas despesas de custeio e investimento desde que vinculadas exclusivamente ao objetivo do projeto.

Parágrafo único. A aquisição de materiais permanentes (investimento) deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - a aquisição de materiais permanentes com recursos provenientes do projeto será gravada com cláusula de inalienabilidade, formalizando a promessa de transferência da propriedade ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA ao término de sua execução;

II - Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, e Resolução nº 194, de 10 de julho de 2017, ambas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e Resolução nº 007, de 7 de novembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

III – a eventual manutenção dos materiais permanentes, se prevista no projeto, poderá ocorrer dentro de seu período de execução e seguindo os trâmites previstos no artigo 8º, caso não seja previsto, correrá à conta do Proponente.

**Art. 8º** Todas as aquisições de materiais de custeio e investimento referentes aos projetos aprovados correrão através do orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e processadas pelo Órgão Governamental Proponente pelo projeto, que deverá:

I - indicar um servidor da Secretaria de origem dos projetos, preferencialmente na área administrativa financeira, que será o responsável pela execução e acompanhamento dos processos conforme (Anexo III);

II - lançar os pedidos de compra;

III - realizar no mínimo 3 (três) orçamentos necessários para compor o processo licitatório;

IV - elaborar termos de referência, justificativas, entre outros;

V - averiguar a regularidade fiscal dos fornecedores, quando for o caso;

VI - acompanhar, através de agendamento, a entrega dos produtos para conferência das especificidades solicitadas;

VII - atestar o aceite.

§1º Quaisquer alterações de procedimentos relativos a estes processos serão informados à Proponente para ciência e providência.

§2º A Proponente será responsável por todo o processo de aquisição dos produtos/serviços que irão atender ao projeto.

§3º A aprovação de todos os processos referente aquisições de materiais de custeio/investimento, se dará respeitando à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e tramites legais por esta.

§4º Todas as aquisições/compras e contratações serão reguladas pelas legislações vigentes do setor público.

**Art. 9º** Será nomeado pelo ordenador da despesa o gestor da parceria ao qual compete:

I – observar os princípios e diretrizes previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – averiguar a capacidade, qualidade técnica e administrativa da Proponente;

III - ser habilitado a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz pareceres técnico;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, e informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

V - emitir parecer técnico de análise da prestação de contas, para fins de avaliação da eficácia e efetividade das ações em execução ou já realizadas, devendo obrigatoriamente mencionar: os resultados alcançados e seus benefícios, os impactos econômicos ou sociais, o grau de satisfação do público-alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado;

VI - emitir parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas ao fim de cada exercício quando a duração da parceria exceder um ano, e parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração, neste último, o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação. No caso de prestação de contas única, será emitido apenas o parecer técnico conclusivo.

Art. 10 A Comissão responsável pelo monitoramento dos projetos financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA terá incumbência:

I - de acompanhar, fiscalizar e avaliar, a qualquer tempo, sua execução, bem como, solicitar informações necessárias ao seu acompanhamento;

II – de elaborar relatório final, no qual demonstrará, entre outros aspectos:

a) o cumprimento do objeto proposto;

b) o impacto no atendimento à criança e adolescente e ao público indiretamente envolvido;

c) a consonância com os princípios e diretrizes previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, e Resolução nº 194, de 10 de julho de 2017, ambas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

d) a capacidade, qualidade técnica e administrativa da Proponente;

e) a clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados.

**Art. 11** Todas as decisões e comunicações relativas a esta Resolução serão disponibilizadas, nas datas estabelecidas, no endereço eletrônico <www.gaspar.sc.gov.br>.

**Art. 12** É de responsabilidade da Proponente, acompanhar os resultados do processo de seleção, cumprindo os prazos estabelecidos.

**Art. 13** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção, que será convocada de forma extraordinária e especialmente para esta finalidade, em prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 14** Aplica-se aos projetos e as prestações de contas de que trata essa Resolução, os parâmetros da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a Instrução Normativa nº 14, de 5 de junho de 2012, do Tribunal de Contas de Santa Catarina no que couber por analogia aos projetos Governamentais.

**Art. 15** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas disposições em contrário.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Gaspar - SC, em 12/07/2019.

**JOCENIRA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA WALTRICK**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

ANEXO I

**ROTEIRO DE PROJETO**

**PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO**

1. **NOME DO PROJETO / TÍTULO:**
2. **ORIENTAÇÕES PARA A REDAÇÃO**: Devem ser redigidos conforme normas da ABNT (espaçamento entre linhas 1,5 cm; fonte times new roman ou arial, altura da fonte 12, margem superior e esquerda 3 cm, margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado, folha A4 impressa no formato “retrato”).
3. DADOS INSTITUCIONAIS

1. Instituição responsável e logotipo - se houver

2. Endereço

3. Telefone

4. Pessoas responsáveis pelo projeto

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| NOME | FUNÇÃO | TELEFONE/E-MAIL |
| FULANA DE TAL | COORDENAÇÃO (EXEMPLO) | XXXX-XXXX – [email@IG.COM](mailto:email@IG.COM) |
| FULANO | ORIENTADOR (EXEMPLO) | XXXX-XXXX – email@PROPONENTE.BR |

2.1 DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Endereço\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_nº\_\_\_\_\_\_\_Bairro\_\_\_\_\_\_\_ Município\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF\_\_\_\_\_\_\_CEP\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Fones\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, celular\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,E-mail\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**2.2 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

A proponente diz quem é e o que faz, descrevendo as suas atividades, em um breve histórico.

**3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

O projeto deve ser apresentado de forma clara, sucinta e objetiva. (por que e para que executar o projeto), mencionando dados específicos.

**4. PÚBLICO ALVO**

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **POPULAÇÃO** | **NÚMERO DE ATENDIMENTO DIRETO** | **NÚMERO DE ATENDIMENTO INDIRETO** |
| **CRIANÇAS** |  |  |
| **ADOLESCENTES** |  |  |
| **FAMÍLIAS** |  |  |
| **TÉCNICOS/PROFISSIONAIS** |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

**5. OBJETIVOS DO PROJETO**

Breve relato sobre os objetivos do projeto.

**5.1 GERAL**

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar.

**5.2 ESPECÍFICOS**

Descreva sobre o caráter inovador, humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, as condições/situações que serão contempladas com a realização do Projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

**6. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

|  |  |
| --- | --- |
| ***EXPERIENCIA COMPROVADA /PROJETOS JÁ***  ***EXECUTADOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO***  ***ADOLESCEMTE*** | ***ATIVIDADES PRINCIPAIS QUE A INSTITUIÇÃO***  ***EXECUTA*** |
|  |  |
|  |  |

**7. AÇÕES A SEREM EXECUTADAS/METAS A SEREM ATINGIDAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO DO PROJETO:**

Detalhar as ações a serem executadas, prazos de execução do Projeto, etc.

**8. METODOLOGIA**

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

**9. INDICADORES DE RESULTADOS**

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovem que o projeto terá efeitos e causará mudanças ao público alvo. Todo indicador precisa ser mensurável.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***ATIVIDADE*** | ***INDICADORES DE PROGRESSO*** | ***MEIOS DE VERIFICAÇÃO*** |
|  |  |  |

**10. EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO**

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração e execução do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ***FUNÇÃO*** | ***FORMAÇÃO*** | ***CARGA HORÁRIA SEMANAL NO***  ***PROJETO*** | ***VÍNCULO EMPREGATÍCIO*** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

**10.1 – RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROJETO:**

Indicar, conforme Artº 8º da Resolução nº 000/2099, um servidor da secretaria de origem dos projetos, preferencialmente na área administrativa financeira, que será o responsável pela execução e acompanhamento dos processos, e para o qual será liberado o acesso ao sistema ERP do FMDCA.

**11. PARCEIROS**

Serão mencionadas outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificar as funções de cada uma.

|  |  |
| --- | --- |
| ***ORGANIZAÇÃO*** | ***PRINCIPAIS FUNÇÕES NO PROJETO*** |
| ***NOME COMPLETO*** |  |

**12. SUSTENTABILIDADE**

Descreva os elementos que favorecem a continuidade do projeto e de seus resultados a longo prazo.

**13. DIVULGAÇÃO DO PROJETO**

Demonstrar como serão divulgadas as ações junto aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Gaspar.

As proponentes tiverem seus projetos contemplados com recursos do FIA deverão obrigatoriamente utilizar na divulgação de seu projeto a Logomarca do CMDCA e do FIA, Edital de Chamamento Público.

**Exemplo**

|  |  |
| --- | --- |
| ***TIPO DE MÍDIA*** | ***QUANTIDADE*** |
| **1.** **FOLDERS, PANFLETOS E OUTROS IIMPRESSOS**  **2.** **MALA DIRETA**  **3.** **PÁGINA NA INTERNET** | ***XXXX XXXX XXXX*** |

**14. PLANO DE TRABALHO Exemplo**

PLANILHA I – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATIVIDADE** | **PERIODICIDADE** | **DIA DA**  **SEMANA**  **MÊS** | **CARGA**  **HORÁRIA** | **MESES** | | | | | | | | | | | |
| 01 | 02 | 03 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Obs: A tabela acima é ilustrativa, sendo o prazo máximo de execução é de até 24 meses.

**PLANILHA II - PLANO DE APLICAÇÃO / DESPESAS A EXECUTAR**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TIPO DE**  **DESPESA** | **DESCRITIVO DA DESPESA** | **UNIDADE** | **QUANTIDADE** | **VALOR MENSAL** | **VALOR TOTAL** |
| **CONSUMO** |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **PERMANENTE** |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | | | **TOTAL** |  |  |

**PLANILHA III - CUSTO TOTAL OPERAÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TIPO DE DESPESA** | **VALOR MENSAL** | **VALOR TOTAL** |
| Consumo |  |  |
| Permanente |  |  |
| **TOTAL GERAL** |  |  |

***15. VALOR TOTAL DO PROJETO A SER FINANCIADO***

16. ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, com a descrição do produto/serviço. Para cumprir as exigências da Lei 8.666/93, deverão ser apresentados, em anexo, orçamentos de, no mínimo, três fornecedores para cada produto/serviço a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor.

O orçamento deverá estar de acordo com os preços de mercado, para analise dos custos reais. Valores subfaturados ou superfaturados poderão acarretar no indeferimento do projeto.

**Exemplo Plano de Aplicação**

Gaspar, \_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome legível, assinatura e cargo do responsável

**ANEXO II**

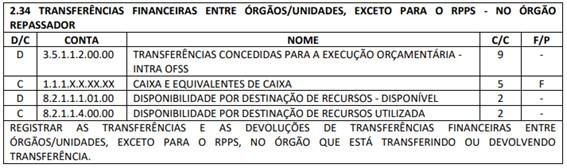
Documentos a serem apresentados para Habilitação dos Projetos de Organizações Governamentais:

1. Ofício assinado pelo representante legal, juntamente com sua Portaria de Nomeação, solicitando o registro do Projeto;
2. Decreto de criação do órgão ou secretaria, no município;
3. Relatório detalhado de atividades desenvolvidas no exercício findo, relativas ao atendimento à criança e adolescente;

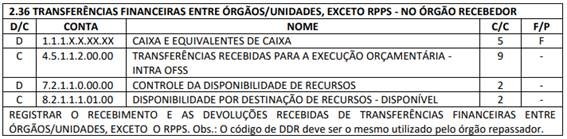
**ANEXO III**

**Lançamentos contábeis para descentralização dos Recursos do FIA (Entre unidades da administração pública)**

1. Lançamentos na unidade transferidora

Legenda: C/C – conta corrente; F/P – financeiro/patrimonial.

1. Lançamentos na unidade recebedora

Legenda: OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; DDR: Disponibilidade de Destinação de Recursos.